



Informações para a elaboração do relatório de 2024 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

**Nosso Coletivo Negro - DF**, organização negra do Distrito Federal, encaminha informações sobre políticas públicas para a população negra e os desafios no acesso a direitos em três áreas: ações afirmativas, reparação e acesso à justiça. Indicando a responsabilidade do Estado brasileiro em envidar esforços mais substanciais e efetivos para a melhora das condições de vida da população negra

### **Retrocessos nas ações afirmativas**

A Lei 12.990/2014, que estabelece a reserva de 20% das vagas para negros, tem validade para este ano (2024). Nos últimos 10 anos, além de menos concursos do que o normal, algumas organizações evitaram implementar a reserva de vagas. Apesar da urgência da renovação nas cotas no congresso, o projeto de lei de renovação (Projeto de Lei nº 1.958/2021), não avançou no Senado, correndo o risco de acabar em 9 de junho de 2024, com pouco tempo de implementação e resultados aquém do objetivo.

De acordo com o Observatório da Presença Negra no Setor Público, a remuneração média dos servidores negros no Executivo Federal é 21% menor do que a dos servidores brancos. As mulheres negras representam 38,7% das servidoras públicas federais, sendo que 47,8% delas ocupam cargos de nível médio e apenas 31,4% ocupam cargos de nível superior.

No serviço público, os negros estão concentrados em cargos de menor remuneração. Em alguns órgãos, como as universidades federais, houve falhas na oferta de vagas por ações afirmativas. Ainda há disparidades na presença negra em órgãos como a Polícia Federal, onde os negros estão concentrados nas carreiras de agente, e menos presentes como delegados.

### **Reparação**

O Inquérito Civil nº 1.30.001.004372/2023-13 aponta a participação ativa de acionistas do Banco do Brasil no tráfico transatlântico. Destacando que o Banco do Brasil "cumpru um papel singular no apoio à economia mercantil escravista".

Apesar de reconhecer seu papel na escravidão, as ações que o Banco do Brasil destacou como possíveis respostas estão abaixo das expectativas. O Banco do Brasil precisa apresentar



políticas efetivas para as carreiras dos negros no banco, mecanismos de progressão vertical, ampliação das ações afirmativas, aumento dos projetos sociais e culturais voltados para os negros, criação de museus e centros de memória afro-brasileiros.

### **Falta de Acesso à Justiça**

Em 2023, o Brasil atingiu a maior proporção de pessoas assassinadas nos últimos 11 anos. E a continuidade do perfil racial contra jovens negros é uma realidade para a qual as políticas públicas ainda não apresentam resultados.

No entanto, queremos nos concentrar na questão da falta de acesso à justiça para as vítimas de violência, especialmente nas comunidades negras e pobres. Após dez anos de espera, o 3º Tribunal do Júri da Capital, no Rio de Janeiro, decidiu que o assassinato de Johnatha de Oliveira Lima, em 2014, na favela de Manguinhos, deve ser classificado como homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Esse caso exemplifica a dificuldade (e até mesmo a ausência) de justiça para as vítimas da violência do Estado. As famílias das vítimas de violência têm toda a responsabilidade de garantir a investigação, a ação do Ministério Público e a proteção das testemunhas. E, mesmo assim, os resultados no Judiciário são desastrosos. O racismo é um fator que transforma jovens negros vítimas em criminosos em potencial. O sistema judiciário tem falhado com as vítimas de violência e, principalmente, com as mães dessas vítimas em sua busca por justiça.



INPUT for the preparation of the 2024 report of the United Nations High Commissioner for Human Rights pursuant to Human Rights Council.

Nosso Coletivo Negro - DF is black organization in the Brazilian Federal District. We are sending information about public policies for black people and the challenges in accessing rights in three areas: affirmative actions, reparation and access to justice. Indicating the responsibility of the Brazilian state to make more substantial and effective efforts to improve the living conditions of the black population. The law risks ending on June 9, 2024. There was little implementation time and the results are below the goal.

### **Affirmative action set backs**

The Law 12990/2014 that establishes 20% of affirmative action entrance for black people expires this year (2024). In the last 10 years, in addition to fewer selection processes for new public servants than normal, some organizations have avoided implementing affirmative actions. Despite the urgency of the renewal of affirmative actions in the congress, the project of renewal has not advanced in the Senate.

According to the Observatory of Black Presence in the Public Sector, the average remuneration of black employees in the Federal Executive is 21% lower than that of white employees. Black employees have, on average, 8% more service time than their white counterparts. Black women make up 38.7% of female federal public servants, with 47.8% of them holding mid-level positions and only 31.4% holding higher-level positions.

In the public service, black people are concentrated in lower-paying positions. In certain bodies, such as federal universities, there were failures in offering affirmative action places. There are still disparities in the black presence in bodies such as the federal police, where black people are concentrated in agent careers, but have difficulty participating in the position of delegate.

### **Reparation**

Banco do Brasil (Bank of Brazil) is one of the largest public companies in the country. The Civil Inquiry nº 1.30.001.004372/2023-13 points to the active participation of Bank of Brazil shareholders in transatlantic trafficking. Highlighting that Bank of Brazil “fulfilled a unique role in supporting the slave-based mercantile economy”.

Despite recognizing its role in slavery, the actions that the Bank of Brazil has highlighted as possible responses are below expectations. The Bank of Brazil needs to present effective



policies for the careers of black people at the bank such as vertical progression mechanisms for black workers. The bank needs to expand its affirmative actions, increase in social and cultural projects aimed at black people, creation of Afro-Brazilian museums and memory centers.

### **Lack of Access to Justice**

In 2023, Brazil reached the highest proportion of people murdered in the last 11 years. And the continuation of racial profiling against young black people is a reality for which public policies still do not show results.

However, we want to focus on the issue of lack of access to justice for victims of violence, especially in black and poor communities. After ten years of waiting, the 3rd Jury Court of the Capital, in Rio de Janeiro, decided that the murder of Johnatha de Oliveira Lima in 2014, in the Manguinhos favela, should be classified as manslaughter, when there is no intention to kill. This case exemplifies the difficulty (and even absence) of justice for victims of state violence. The families of victims of violence bear all the responsibility for ensuring investigation, public prosecutor's action, and protection of witnesses. And even so, the results in the judiciary are disastrous. Racism is a factor that turns young black victims into would-be criminals. The justice system has failed the victims of violence, and especially the mothers of these victims in their search for justice.